

A EMIGRAÇÃO DE RETORNO E O DESENVOLVIMENTO RURAL NO ALTO MINHO

Maria Nazaré Oliveira Roca

Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional. Universidade Nova de Lisboa

RESUMO

A emigração, em todas as suas diferentes formas, é um traço marcante da vida económica e social do Alto Minho, sendo que seus efeitos positivos e negativos continuam a se fazer sentir. Por um lado, as remessas representaram e continuam a representar uma fonte importante para a economia da região, principalmente do lado do consumo. Por outro lado, esta sub-região tem perdido continuamente capital humano representado, principalmente pelos jovens, o grupo etário mais produtivo, inovador, empreendedor, em termos económicos e reprodutor, em termos biológicos. Além disso, a emigração contribuiu e continua a contribuir directamente para o êxodo agrícola, o envelhecimento da população activa, a consequente degradação dos campos e indirectamente para a manutenção do baixo nível de desenvolvimento socio-económico da região.

Entretanto, pouco se sabe sobre o processo de reintegração dos emigrantes que regressaram a Portugal nas últimas duas décadas, incluindo o destino dos investimentos provenientes de suas poupanças, o que é comprovado pelo escasso número de trabalhos publicados sobre esse assunto em Portugal na década de Noventa.

Nesta comunicação apresentam-se alguns dos resultados de um projecto de investigação sobre a migração de retorno que está a se realizar num concelho do Alto Minho — Ponte de Lima - e que tem, entre outros, os seguintes objectivos: (i) elaborar uma caracterização sócio-económica dos emigrantes regressados (ii) identificar os principais problemas ligados à sua reintegração na vida económica e social; (iii) tentar avaliar a sua importância como inovadores, investidores e criadores de emprego.

Introdução

Em Portugal, a exemplo de outros países da periferia europeia, a sociedade e economia rurais estão a passar por um processo de reestruturação sócio-económica. Este processo consiste, basicamente, da extensificação do uso do solo, da diversificação das actividades económicas e da transformação do espaço rural cada vez mais em espaço de consumo. Entretanto, esse processo não apresenta a mesma intensidade em todo o mundo rural, uma vez que resulta da acção diferenciada de diversos actores de desenvolvimento, cuja consequência principal é o acentuar das diferenças internas na organização do espaço rural.

Nesta comunicação, discutem-se alguns aspectos do papel da emigração e migração de retorno¹ no desenvolvimento de um dos mais importantes territórios de emigração em Portugal – o Alto Minho, que está a passar por um processo de reestruturação.

Essa problemática é analisada a dois níveis: (i) ao nível da sub-região, recorrendo-se a informação de fontes secundárias, nomeadamente os censos da população e agrícola; (ii) ao nível concelhio, sendo utilizados dados recolhidos em trabalho de campo. Os objectivos principais são: (i) ao nível da sub-região: identificar as mudanças nas características demográficas, sócio-económicas e no uso do solo, verificadas no processo de reestruturação e relacionar essas mudanças com a emigração; (ii) ao nível concelhio: discutir o papel real e potencial dos emigrantes retornados no desenvolvimento do território.

Caracterização das Mudanças Recentes no Alto Minho²

Os efectivos populacionais do Alto Minho têm vindo a diminuir desde os Anos Cinquenta, principalmente na década de Sessenta.³ Se, até meados deste século, o saldo migratório negativo era compensado pelo saldo fisiológico positivo, a partir dos Anos Noventa passa a se registar um saldo fisiológico também negativo. Em contrapartida o saldo migratório negativo parece estar a diminuir o que resulta num abrandamento do crescimento negativo em relação à década anterior. Como consequência da dinâmica populacional, a composição etária tem se modificado substancialmente nas duas últimas décadas. Nos Anos Oitenta iniciou-se o processo de envelhecimento da população que parece continuar de forma acelerada nos Anos Noventa⁴. Ao mesmo tempo, a população em idade activa cresceu num ritmo mais lento (3,7%) do que a população em idade pós-activa (9,2%) enquanto que a população em idade pré-activa diminuiu 22,1%.

¹ A migração de retorno das antigas colónias portuguesas não é considerada devido ao diferente contexto em que ocorreu e à própria estrutura sócio-económica dos retornados.

² A sub-região do Alto Minho corresponde exactamente ao território da NUTE III "Minho-Lima" e do Distrito de Viana do Castelo. É constituído por 10 municípios (no Vale do Lima: Viana do Castelo, Ponte de Lima, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez; no Vale do Minho: Caminha, Valença, Melgaço, Monção e Paredes de Coura).

³ Excepto nos Anos Setenta quando a população aumentou. As taxas de crescimento médio anual foram as seguintes: 1950-1960: -0,6%; 1960-1971: -9,8%; 1971-1981: 2,6%; 1981-1991 -0,4%.

⁴ 1981: 38,5, 1991: 51,7; 1997: 111,1.

No início dos Anos 90, o Alto Minho continuava a ser um território essencialmente rural sendo que 73,6% da população vivia em aglomerados de menos de 500 habitantes, havendo apenas uma cidade média, capital de distrito – Viana do Castelo (32 357 habitantes).

Em 1991, a taxa de analfabetismo era ainda bastante elevada (13,9%). Em contrapartida, na década de Oitenta, testemunhou-se um aumento significativo no nível de instrução. De facto, em 1991, 16,9% da população com mais de 12 anos frequentava ou possuía, pelo menos, o ensino secundário em comparação com os 8,9% de 1981. A esta tendência está relacionada a diminuição da taxa da participação de jovens nas actividades económicas. Entretanto, a taxa de actividade da população com 65 anos ou mais diminuiu sensivelmente, ao mesmo tempo em que aumentou o número de reformados. Na década de Oitenta, o sector primário registou uma perda de 39% de activos enquanto que o número de empregados nos sectores secundário e terciário aumentou 13% e 55,9%, respectivamente. Mesmo assim, em 1991, 28,7% da população continuava a trabalhar na agricultura. No sector não-primário predominavam as pequenas e micro-empresas, muitas de carácter familiar.

Essas mudanças na estrutura económica da população reflectiram-se na situação na profissão, registando-se um aumento considerável do número de patrões e empregados enquanto que diminuiu o número de trabalhadores não remunerados e por conta própria.

Nessa mesma década, o uso do solo tornou-se cada vez mais extensivo o que pode ser atestado pelos seguintes dados: as terras cultiváveis diminuíram consideravelmente⁵, estando em grande parte (71,3%) coberta por forragens; o tamanho médio da SAU por exploração agrícola aumentou de 2,8 ha para 3,5 ha (Alves, 1994)⁶. Conseqüentemente, a criação de gado leiteiro e de corte e a viticultura, ambas para fins comerciais, têm vindo a se expandir consideravelmente nesta década, graças ao sucesso das cooperativas leiteiras e vinícolas que actuam na região. Mesmo assim, a pequena agricultura familiar continua a dominar o sector primário.⁷

Na década de Oitenta, o território do Alto Minho tornou-se cada vez mais um espaço de consumo. Esta tendência parece ser confirmada pelo aumento de alojamentos de uso sazonal (103,6%) e dos alojamentos com ocupante ausente (65,9%) cujos proprietários são maioritariamente emigrantes. Estas duas categorias correspondiam, em 1991, a 23% do total de

⁵ 1979: 79,2%; 1989: 38,3%.

⁶ Acredita-se que essas tendências no uso do solo continuaram nos Anos Noventa.

⁷ Nos anos Noventa, a extensificação do uso do solo continua. Em 1996, a superfície florestal correspondia a 35,8%, a agrícola a 28,4% enquanto que a superfície urbana abrangia 15,3% da superfície total do território.

alojamentos. Além disso, há indícios de que tem vindo a aumentar o número de residentes permanentes provenientes de centros urbanos da região ou fora dela assim como a população autóctone da área rural que utiliza esse espaço apenas como residência, deslocando-se diariamente para o trabalho, nos centros urbanos locais ou regionais.

A crescente importância desse território como espaço de consumo pode, também, ser demonstrada pelo aumento de investimentos em infra-estruturas de turismo e lazer.

Entretanto, a população residente no território do Alto Minho continuava, em 1997, a ter um poder de compra (58) consideravelmente abaixo da média da Região Norte (83,2)⁸. Ademais, as infra-estruturas e equipamentos sociais não satisfaziam quantitativa e qualitativamente as necessidades básicas da população.⁹ Entretanto, há sinais de melhoria nessa situação, em parte com a aplicação dos Fundos Comunitários.

Durante séculos, a posição geográfica periférica do Alto Minho nos contextos nacional e europeu, era reforçada pela deficiência das ligações viárias. Apenas recentemente foram feitos esforços para resolver os problemas de acessibilidade. A construção da auto-estrada Braga-Valença (A3) melhorou as ligações do interior do Alto Minho com outras regiões portuguesas e a Galiza. Está, também prevista a ligação do litoral com os aglomerados urbanos interiores dos Vales do Lima e do Minho, através da construção de itinerários principais e complementares, incluindo troços de auto-estradas, além do prolongamento do IC1 até Valença. Quanto ao transporte ferroviário prevê-se a modernização da ligação de Viana do Castelo com Vigo, visando, entre outros, a revitalização da função portuária dessa cidade.

As mencionadas mudanças de ordem demográfica, social, económica e no uso do solo verificadas durante a década de Oitenta, não tiveram a mesma intensidade em todo o território do Alto Minho. Há uma diferenciação clara entre o litoral e o interior que é ilustrada a seguir.¹⁰ (Tabela 1)

⁸ Portugal = 100.

⁹ A título de ilustração, em 1991, apenas 16,7% e 40,3% dos alojamentos eram abrangidos, respectivamente por rede pública de esgotos e de água (CCRN, 1998).

¹⁰ Uma vez que os dados disponíveis ao nível de freguesia são insuficientes, a unidade de análise é o concelho. Assim, é oferecida uma visão geral sobre a diferenciação espacial interna do território do Alto Minho. Não se pode diferenciar, por exemplo, as zonas de ribeira, meias encosta e monte.

Na década de Oitenta, enquanto a população do interior diminuía, nos concelhos litorâneos assistiu-se a um fraco crescimento demográfico.¹¹ Esta tendência parece ter continuado nos Anos Noventa, com excepção de Ponte de Lima que apresentou aumento de seus efectivos populacionais. Conseqüentemente, o envelhecimento da população foi mais intenso no interior do que no litoral.

Tabela 1. Alguns Indicadores de Desenvolvimento Demográfico e Económico do Alto Minho.

Unidade Territorial	População 1996	Densidade Populacional 1996	População Variação 1981-1991	Índice de Envelhecimento 1996	População Empregada na Agricultura (%) 1991	VAB Industrial da Região Norte (%) 1989	Administração Local Receitas Próprias(%) 1990-1993 (média)
Norte	3 472 715	166.6	1.8	65.7	10.6	100.0	39.9
Alto Minho	249 650	112.9	-2.6	106.3	28.7	3.7	25.8
Concelhos Litorâneos							
Viana do Castelo	84 260	268.0	2.6	83.7	11.8	3.1	37.6
Caminha	16 430	126.7	2.0	103.5	22.0	0.1	37.6
Vila Nova de Cerveira	9 140	84.3	5.5	124.0	22.4	0.1	32.8
Valença	15 480	131.8	6.2	119.9	18.9	0.1	22.9
Concelhos Interiores							
Ponte de Lima	44 210	137.6	-0.9	78.3	34.4	0.2	16.1
Ponte da Barca	12 800	69.3	-6.1	93.4	43.8	0.0	18.1
Arcos de Valdevez	25 790	57.8	-13.4	158.8	51.0	0.0	14.8
Paredes de Coura	9 980	72.3	-7.7	160.3	46.9	0.0	11.1
Monção	21 190	100.2	-8.4	155.9	45.8	0.0	15.4
Melgaço	10 370	43.4	-16.8	206.8	51.2	0.0	7.1

Fontes: *Internet homepages*: CCRN, INE.

No âmbito do sistema urbano da Região Norte, as sedes dos concelhos litorâneos e do Vale do Minho, em sua maioria, estão classificadas como centros urbanos fronteiriços, sendo dependentes das cidades médias da Galiza. Por outro lado, as sedes dos concelhos do interior apresentam um baixo grau de interacção com Viana do Castelo, exceptuando Ponte de Lima.

¹¹ Consideram-se concelhos litorâneos: Viana do Castelo, Caminha, Vila Nova de Cerveira e Valença. Os restantes são concelhos interiores: Ponte de Lima, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, no Vale do Lima e Monção, Melgaço e Paredes de Coura, no Vale do Minho.

A economia dos concelhos litorâneos é menos dependente do sector primário e apresenta um maior peso das actividades industriais e dos serviços do que os concelhos interiores onde a agricultura continua a ser a principal fonte de emprego da população.¹² Conseqüentemente, no litoral a área urbana é maior do que no interior onde as terras agrícolas e as florestas ocupam a maior parte da superfície.

O interior caracteriza-se pelo predomínio de pequenas e micro empresas industriais no ramo da alimentação, vinho e têxteis, dispersas por todo o território. Em contrapartida, grandes empresas da indústria naval e de celulose estão concentradas no concelho litorâneo de Viana do Castelo.¹³

As actividades ligadas ao turismo estão, também, concentradas no litoral onde se concretizam quase dois terços das dormidas. Por outro lado, o turismo em espaço rural tornou-se uma importante fonte de rendimentos dos concelhos do interior, particularmente em Ponte de Lima.

Quanto ao lazer, em todos os concelhos litorâneos, o crescimento do número de alojamentos de uso sazonal foi consideravelmente mais rápido do que no interior que, por sua vez apresentou um crescimento considerável de alojamentos com ocupante ausente. Ademais, é maior a participação da população residente nos concelhos litorâneos nos movimentos pendulares inter-concelhios do que a do interior, com excepção da população de Ponte de Lima.

A administração local no concelhos do interior é mais dependente em recursos financeiros externos do que a dos concelhos litorâneos.

Vários indicadores como o índice do poder de compra, o consumo doméstico de electricidade, o número de telefones da rede fixa, médicos e camas de hospital per capita e a proporção de alojamentos servidos por redes de esgotos e água canalizada parecem demonstrar ser o nível e qualidade de vida da população superior nos concelhos litorâneos. Saliente-se que apesar de registar alguns indicadores favoráveis, Ponte de Lima apresenta um dos mais baixos índices de poder de compra do país.¹⁴ (Tabela 2)

¹² Excepto Ponte de Lima cuja maior parte da população trabalha nos sectores secundário e terciário.

¹³ O concelho de Ponte de Lima distingue-se, mais uma vez, dos outros do interior pela importância relativa da indústria de madeira e cortiça no VAB industrial concelhio. É de destacar que o concelho tem a maior proporção de área florestal entre os concelhos da sub-região.

¹⁴ Isto pode ser, em parte, explicado pela grande diferenciação interna do município, ou seja, na grande maioria das freguesias do concelho, registou-se a diminuição acentuada da população, inclusive da activa, havendo lugares e alojamentos isolados com difícil acessibilidade, principalmente os localizados nos montes e encostas o que dificulta a prestação de serviços sociais e implantação de infra-estruturas, como saneamento básico e água.

A melhoria das acessibilidades viárias anteriormente referidas pode contribuir significativamente para atenuar as diferenças espaciais internas aqui referidas, uma vez que o interior foi o que mais lucrou com essa melhoria, particularmente o concelho de Ponte de Lima que por sua posição privilegiada, tornou-se num nó viário importante do interior do Alto Minho.¹⁵

Pode-se concluir que, no Alto Minho, as mudanças e os efeitos relacionados com o processo de reestruturação sócio-económica ocorreram nos Anos Oitenta e continuam a ocorrer nesta década, incluindo a diminuição e envelhecimento da população, a extensificação da agricultura, a diversificação das actividades geradoras de rendimentos e o crescente consumo do espaço rural para residência, turismo e lazer, assim como a diferenciação espacial crescente entre o litoral e o interior.

Transformação da Área Rural e Emigração no Alto Minho

Como foi acima exposto, à semelhança de outros territórios periféricos europeus, o Alto Minho está a sofrer um processo de reestruturação de sua economia e sociedade. Entretanto, as suas causas podem ser diversas daquelas relacionadas com este mesmo processo que se está, também, a desenrolar nas áreas rurais desenvolvidas da Europa. O mundo rural do Centro europeu está a passar pela reestruturação no contexto da transição do produtivismo para o pós-produtivismo, a contrapartida rural do pós-fordismo, que se caracteriza, entre outros, pela predominância do consumo sobre a produção agrícola nas áreas rurais sendo que essa torna-se cada vez mais extensiva, especializada ou orientada para segmentos especiais do mercado. (Covas, 1997; Ilbery e Bowler, 1998; Lovering, 1989; Marsden, 1996).

No Portugal rural, as principais causas das mudanças verificadas na últimas décadas têm origem diferente. Inúmeros autores argumentam ser a emigração a causa principal das transformações demográficas e sócio-económicas ocorridas na maior parte das áreas rurais. A emigração serviu, assim, de substituto da urbanização e industrialização como factor de transformação do mundo rural, tanto no que diz respeito a seus aspectos positivos como negativos (Bandeira, 1996; Ferrão, 1996; Amaro, 1984; Cavaco et al, 1994). É evidente que o quanto tiverem sido mais intensos e volumosos os fluxos emigratórios mais terão se feito sentir os seus efeitos e consequências.

¹⁵ O concelho é atravessado pela auto-estrada Braga-Valença, apresentando três saídas e será atravessado pelo itinerário principal (IP9) e complementar (IC28) que serão construídos no início da próxima década e que ligarão Viana do Castelo à fronteira interior com a Galiza.

No Alto Minho, de acordo com Pimentel (1991: 85, 90), no Censo da População de 1971, registou-se entre 3 e 6 emigrantes por 1000 habitantes. Assim a sub-região, pode ser classificada como área de forte emigração, ou seja caracterizada por fluxos de saída constantes e intensos, que compreendiam principalmente população empregada no sector primário. Fonseca (1990), também, classificou esta sub-região como de saldo migratório negativo devido preponderantemente à emigração (mais de 65% do saldo migratório).¹⁶

Tabela 2. Alguns Indicadores de Nível e Qualidade de Vida no Alto Minho

Unidade Territorial	Alojamentos com ocupação sazonal Variação (%) 1991	População empregada no concelho de residência (%) 1991	Telefones per capita 1997	Médicos por 1000 habitantes 1996	Alojamentos servidos por rede pública de esgotos (%) 1991	Alojamentos servidos por água canalizada (%) 1991	Índice do Poder de Compra (Portugal = 100%) 1997
Norte	-	79.3	0.3	2.6	27.1	49.2	83.2
Alto Minho	103,6	90.9	0.3	1.3	16.1	40.3	58.0
Concelhos Litorâneos							
Viana do Castelo	292,0	92.5	0.4	2.3	27.4	50.9	75.1
Caminha	124,6	85.9	0.4	2.0	35.9	82.1	75.6
Vila Nova de Cerveira	86,4	85.7	0.4	1.3	13.4	70.1	62.2
Valença	84,4	91.4	0.3	0.6	7.9	59.2	68.9
Concelhos Interiores							
Ponte de Lima	47,2	84.3	0.2	0.6	7.6	15.7	39.4
Ponte da	86,1	93.1	0.3	0.9	13.7	40.8	47.6

¹⁶ A evolução dos fluxos emigratórios do Alto Minho não difere em muito de outras regiões de forte emigração, em Portugal. Desde fins do século passado até a metade do século XX, milhares de homens e mulheres emigraram permanentemente de terras do Alto Minho para o Novo Mundo, principalmente para o Brasil. Desde o início dos anos Sessenta até meados dos anos Setenta, esses fluxos foram quase que completamente substituídos por outros ainda mais intensos mas de carácter temporário, constituídos maioritariamente por homens jovens, em direcção à Europa Norte-Occidental, principalmente a França. Entretanto, a partir da segunda metade da década de Setenta, perdurando até meados dos anos Oitenta, o carácter da emigração voltou a ser predominantemente permanente, período em que as famílias foram se juntar aos trabalhadores nos países de imigração. A partir de meados da década de Oitenta e até os dias de hoje, a emigração retomou o carácter temporário e se caracteriza por estadias curtas de homens jovens no estrangeiro quase sempre com contractos de trabalho, tendo os destinos se diversificado, no contexto dos efeitos crescentes da globalização.

Barca							
Arcos de Valdevez	45,1	94.6	0.2	0.7	4.8	10.9	41.9
Paredes de Coura	68,5	92.6	0.2	0.4	4.1	20.7	36.2
Monção	37,4	94.8	0.3	0.8	11.3	37.8	46.5
Melgaço	-18,2	95.3	0.4	0.4	10.1	42.2	49.9

Fontes: *Internet homepages*: CCRN, INE.

Os fluxos emigratórios constantes e intensos, constituídos no seu grosso por jovens, foram o principal factor do declínio demográfico do Alto Minho, reflectido nas taxas negativas de crescimento efectivo e envelhecimento da população, particularmente a agrícola.

O êxodo rural maioritariamente relacionado com a emigração, contribuiu fortemente para a subutilização ou abandono dos solos cultiváveis. Devido à falta de mão-de-obra, as práticas intensivas foram substituídas por práticas extensivas de agricultura (Cavaco et al, 1994). Ademais, a falta de mão-de-obra encareceu o seu uso. Isto, por sua vez, favoreceu a substituição do trabalho pelas máquinas agrícolas e *inputs* químicos ocasionando poluição crescente das águas e dos solos.

No entanto, devido à ausência dos jovens mais receptivos à inovação, o sector agrícola manteve as suas características tradicionais. Por outro lado, as remessas dos emigrantes contribuíram para a extensificação da agricultura uma vez que substituíram, pelo menos, em parte, actividades geradoras de rendimentos, principalmente a agricultura praticada pela maioria dos membros dos agregados familiares dos emigrantes que haviam ficado no lugar de origem. Assim, antigos agricultores passaram a ser quase que exclusivamente consumidores e/ou pessoas que viviam de rendas. (Amaro, 1984)

Os fluxos emigratórios intensificaram a pluriactividade uma vez que a agricultura permaneceu como uma actividade tradicional com baixa produtividade e rendimentos. Os membros dos agregados que viviam da agricultura tiveram de procurar novas fontes de emprego, representadas, principalmente pelo terciário que havia florescido devido ao aumento do consumo de bens e serviços por parte dos emigrantes e suas famílias.

Por outro lado, as actividades não-agrícolas continuaram incipientes porque havia tanto falta de mão-de-obra qualificada como de capital para a sua expansão e/ou modernização. Os emigrantes investiam maioritariamente na construção/melhoria da habitação, compra de terrenos ou no pequeno comércio retalhista.

A emigração também ocasionou uma maior diferenciação social uma vez que as remessas dos emigrantes e os padrões de consumo provenientes de sua aplicação aumentaram as diferenças nos níveis e padrões de vida entre os agregados dos emigrantes e não-emigrantes (Amaro, 1984).

Estima-se que na década de Oitenta, 24 mil pessoas por ano regressaram a Portugal, decaindo esse número para 22 mil nos Anos Noventa.¹⁷ Estes números, no entanto, estão aquém dos estimados na primeira metade da década de Oitenta que previam em média o retorno de 39 mil pessoas por ano. (Conim, 1984)

Num estudo baseado em inquérito realizado em 1982-1983, que abrangeu concelhos de todos os distritos portugueses, predominam os emigrantes retornados que contavam entre 30 a 49 anos quando do retorno (59%), permaneceram mais de 10 anos no exterior (63%), tinham a 4ª classe primária (56%) e estavam economicamente activos no momento do retorno (48%). (Silva et al, 1984: 30-41).

Nesse mesmo estudo, foram mostrados dados que posicionavam o Alto Minho entre os territórios de maior importância dos fluxos de retorno, tanto em relação aos totais nacionais como à população emigrada e residente nesses territórios. A grande maioria (75,2%) dos emigrantes que haviam regressado entre 1965 e 1969 estava ainda em idade activa. Entretanto, conforme o período de estadia dos emigrantes no estrangeiro se tornava cada vez mais longo ao mesmo tempo em que diminuía os fluxos migratórios, tanto de entrada como de saída, o número de retornados em idade de pré-reforma ou reforma foi, também, aumentando.¹⁸

A partir da segunda metade da década de Oitenta, raros foram os trabalhos que abordaram a problemática da migração de retorno, principalmente a nível concelhio. Isto, em parte, deve-se ao facto de existirem poucos dados recentes sobre os fluxos migratórios de retorno a essa escala de análise. Os que existem se referem apenas à população que retornou do estrangeiro há menos de dois anos da data de realização do recenseamento da População de 1991.

No Alto Minho, na década de Oitenta, os fluxos emigratórios abrandaram consideravelmente e compreenderam basicamente dependentes (cônjuges e filhos) dos emigrantes assumindo, assim, a emigração um carácter mais permanente. Ao mesmo tempo, muitos emigrantes, apesar de toda

¹⁷ É importante lembrar que se contam como retornos todos os tipos de estadia no exterior, não obstante a duração que pode ir de alguns meses a todo o período laboral de um emigrante. (Expresso, 2 de Abril de 1999, pg. 20).

¹⁸ Isto pode ser corroborado pelos dados do Censo de População de 1981, que mostram que no Alto Minho, a proporção dos emigrantes retornados em idade activa entre 1974 e 1980 havia diminuído para 65,7%.

a família ter emigrado, continuaram proprietários ou até construíram habitações nos concelhos de origem. Pressupõe-se, portanto, que um aumento considerável do número de alojamentos com ocupante ausente indica uma maior probabilidade de retorno de emigrantes aos seus concelhos de origem. Desta forma, pode-se concluir que os concelhos interiores de Melgaço e Monção, no Vale do Minho e Arcos de Valdevez e Ponte de Lima, no Vale do Lima, podem ser considerados como territórios com maior probabilidade de receberem emigrantes uma vez que todos apresentaram, nos Anos Oitenta, um forte crescimento no número de alojamentos com ocupante ausente. (Tabela 3)

Tabela 3. Alojamentos com ocupante Ausente. Variação 1981-1991.

Sub-região/Concelho	Alojamentos com ocupante ausente		
	1981	1991	Variação (%) 1981/1991
Alto Minho	10636	17654	65,9
Concelhos Litorâneos			
Viana do Castelo	2628	4015	52,7
Caminha	665	1105	66,2
Vila Nova de Cerveira	486	535	10,0
Valença	570	605	6,1
Concelhos Interiores			
Ponte de Lima	1208	2185	80,9
Ponte da Barca	825	1149	39,3
Arcos de Valdevez	1632	3517	115,5
Monção	1156	2185	89,0
Melgaço	738	1573	113,1
Paredes de Coura	728	785	7,8

Fonte: Censos da População de 1981, 1991.

Migração de Retorno e Desenvolvimento do Território: o Caso do Concelho de Ponte de Lima

Com o intuito de servir de base de reflexão sobre o papel real e potencial dos emigrantes retornados no desenvolvimento do território, está a ser realizada uma investigação de campo no concelho de Ponte de Lima sobre a migração de retorno. Em seu âmbito, foram feitas

observações participativas, realizadas entrevistas e aplicados questionários a autoridades locais¹⁹, associações profissionais e de desenvolvimento²⁰ assim como aos empresários retornados²¹. Numa próxima fase serão inquiridos migrantes retornados que trabalham na agricultura para auto-consumo, a tempo inteiro ou parcial.

O Concelho de Ponte de Lima foi escolhido para o trabalho de campo pois, além de ter apresentado um crescimento considerável dos alojamentos com ocupante ausente tem apresentado, principalmente nos anos Noventa, tendências evolutivas demográficas e sócio-económicas favoráveis, como já foi demonstrado anteriormente no texto. Ademais, agentes de desenvolvimento que actuam nesse Concelho têm se destacado por suas iniciativas baseadas na sustentabilidade.

Nesse contexto, em seguida, tentar-se-á reflectir sobre o papel dos emigrantes retornados como investidores/criadores de emprego e como agricultores com a função de “jardineiros da natureza”.

Caracterização da migração de retorno em freguesias rurais de Ponte de Lima²²

Entre as possíveis razões de retorno dos emigrantes, a maior parte dos presidentes de Junta considerou “importante” o número de emigrantes que obtiveram a reforma ou estão em situação de pré-reforma (18)²³. O segundo motivo considerado “importante” foi o facto de terem querido dedicar-se a um actividade em Portugal na qual aplicaram a poupança ou parte da poupança do trabalho no estrangeiro (16). Este motivo foi logo seguido do desejo dos emigrantes de colocarem os filhos em escolas portuguesas (15). O facto de quererem regressar ao país e de temerem que os filhos casassem por lá também foi considerado “importante”, mas em menor grau que as razões anteriores (8).

¹⁹ 28 dos 51 presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho, responderam aos questionários.

²⁰ Ou seja, a Associação de Municípios do Vale do Lima – VALIMA, a Associação de Empresários de Ponte de Lima – AEPL, a Cooperativa Agrícola do Vale do Lima - COOPALIMA, a Associação dos Artesãos Unidos do Vale do Lima – ARVAL, a Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Lima – ADRIL.

²¹ Foram entrevistados ao todo 40 migrantes retornados que estavam à frente de um negócio, predominantemente de carácter familiar. Poucos eram os que tinham empregados. Por isso, o termo empresário é aqui utilizado condicionalmente.

²² Vale mencionar que, em 1996, apenas 10,6% do território municipal era considerada como área urbana.

²³ Os números em parênteses, correspondem à frequência de cada categoria de resposta no questionário aplicado aos presidentes de Juntas de Freguesia.

De acordo com as respostas dadas pelos presidentes de Junta de Freguesia, predominam os emigrantes retornados que trabalham por conta própria ou como trabalhadores familiares não remunerados. Em sua maioria já estão reformados ou ainda activos e em ambos os casos dedicam-se à agricultura em suas terras. O segundo grupo de emigrantes retornados, tem importância consideravelmente menor e é composto por aqueles que trabalham na construção civil como empregados ou por conta própria. Em terceiro lugar estão aqueles que vivem apenas de sua reforma. Também se destacam, mas com menor importância, os que conduzem tractor ou outra máquina agrícola assim como os proprietários de café ou restaurantes.

A maioria dos presidentes de Junta de Freguesia respondeu que “muitos” dos emigrantes retornados investiram na construção ou melhoria de casa para sua habitação (17) enquanto que “alguns” deles compraram apartamentos na Vila de Ponte de Lima (13), propriedades (10) e máquinas agrícolas (9). Por outro lado, “poucos” (11) investem no comércio, ocorrendo o mesmo na construção civil (7 e 9 respectivamente), sendo que praticamente “ninguém” (10) aplica suas poupanças em indústrias.

Quanto aos ainda emigrantes, “muitos” (13) ou “alguns” (8) construíram ou melhoraram a futura habitação. Em segundo lugar aparecem, com muito menor importância, “alguns” que compraram propriedades (9) ou apartamentos na Vila (9). Por outro lado, “ninguém” (2) ou “poucos” (11) investiram no comércio e praticamente “ninguém” (12) na instalação de fábricas.

Pode-se, portanto, concluir que a actividade agrícola, a tempo inteiro ou parcial, ocupa um lugar de destaque nas estratégias de sobrevivência dos emigrantes retornados e que estes são potenciais “jardineiros da natureza” em áreas com tendências de abandono dos campos e das florestas e, assim, em risco de degradação da paisagem.²⁴

Caracterização dos empresários retornados

A localização dos estabelecimentos dos empresários retornados está condicionada em muito por investimentos anteriores ao regresso dos emigrantes, como, por um lado, a compra de terrenos para construção de casas ou de terras agrícolas e, por outro, e ao tipo potencial de clientela, principalmente a urbana. Assim, verificam-se as seguintes situações:

²⁴ No período 1981-1991, não obstante ter havido um fraco decréscimo (-0,9%) da população a nível do Concelho de Ponte de Lima, na maioria das freguesias (30, num número total de 51) a população decresceu, localizando-se quase todas as freguesias na periferia do concelho, afastadas dos principais eixos viários (que ligam o Concelho aos dois maiores centros do Noroeste – Viana do Castelo e Braga) e/ou em áreas serranas.

- Pequenos negócios disseminados por todas as freguesias rurais, quase sempre, comércio retalhista no ramo da alimentação ou restauração, que aparecem no andar térreo ou em edifícios contíguos às casas dos emigrantes retornados, que muitas vezes se dedicam à agricultura a tempo parcial, como complemento dos rendimentos; neste caso, quase sempre a freguesia de origem do emigrante ou cônjuge corresponde à de actual residência.
- Explorações agrícolas com produção comercial, nomeadamente o leite e o vinho; nem sempre a freguesia de origem corresponde à de actual residência uma vez que a escolha ficou condicionada à disponibilidade de terras e às condições edáficas e topográficas favoráveis ao desenvolvimento de práticas agrícolas. (PINA, 1990)
- Micro-empresas em que trabalham até 10 empregados ou membros da família, quase que totalmente no ramo do comércio, situadas, em regra, na Vila de Ponte de Lima. Neste caso, a escolha da freguesia de residência dependeu da acessibilidade à Vila e à disponibilidade de terrenos para a construção de casas que ocupam espaço considerável.

Quase a metade dos empresários retornados viveu entre 10 e 19 anos no estrangeiro, tendo a maioria deles regressado nos anos Oitenta. Os emigrantes que passaram entre 20 a 29 anos no exterior correspondem a quase um terço, sendo que a maior parte retornou nos anos Noventa. Por outro lado, é pequeno o número de empresários regressados que viveu menos de 10 anos no estrangeiro. Isso demonstra que é necessário um considerável período de trabalho nos países de destino para que o emigrante possa se decidir a investir num negócio em Portugal e arriscar a trabalhar por conta própria ou ser mesmo patrão.

A maioria dos inquiridos fez algum tipo de investimento após o retorno. Investiram, essencialmente fora de seu principal negócio. Entre os investimentos são de registar: a compra ou melhoria de casa/apartamento e a compra de terrenos agrícolas para o plantio de vinhas em cordão. Além disso, os empresários retornados investiram na melhoria ou ampliação do negócio principal, na compra de mais cabeças de gado leiteiro e de terras agrícolas para plantio de forragens.

Mais de metade dos inquiridos julga que a experiência de vida e de trabalho no estrangeiro ajudou-o, principalmente a (re)começar a vida no seu lugar de origem e pouco no seu negócio.

Predominam os que responderam ter tido problemas de (re)integração do seu agregado no meio que escolheram para viver após o retorno da emigração. Os problemas apontados foram os mais diversos. Entre os de cariz social destacam-se a falta de convivência com as pessoas da terra, a necessidade de se (re)adaptar à vida em meio pequeno/rural, a inveja e o maldizer. Entre os de

cunho familiar, merecem referência as dificuldades de adaptação dos filhos ao novo meio escolar (principalmente devido à língua e currículos diferentes). Entre os problemas de ordem institucional salientam-se a baixa qualidade dos serviços locais de saúde, a falta de organização geral e o déficite de informação sobre procedimentos burocráticos. Quanto aos problemas de cariz económico podem-se mencionar as escassas oportunidades de emprego, principalmente para os filhos, as remunerações baixas, a falta de conhecimento sobre o ramo de negócio escolhido, a falta de parceiros para iniciarem actividade com base na experiência de trabalho no estrangeiro e o medo generalizado de serem enganados.

A pluriactividade surge como uma das estratégias de subsistência dos empresários retornados. Por vezes, no entanto é mais o plurirendimento do que a pluriactividade que está presente, uma vez que enquanto o emigrante regressado se dedica a uma actividade a tempo inteiro, os restantes membros do agregado ocupam-se de outras.

As actividades produtivas não agrícolas estão subrepresentadas na amostra. Embora o tecido produtivo do Concelho seja consideravelmente fraco, predominando as micro-empresas, mesmo assim a quase ausência de empresários retornados nesse sector indica o receio que os emigrantes sentem de correr riscos, o que é de esperar devido aos sacrifícios que a maioria passou para poder poupar dinheiro e regressar ao país. Contudo, vale mencionar os empresários agrícolas que fizeram consideráveis investimentos na criação leiteira, tanto em cabeças de gado de qualidade, como em equipamentos e máquinas.

Quando se pensa em discutir sobre os empresários retornados como agentes de inovação e criadores de emprego, é necessário distinguir entre os empresários do sector agrícola e de outros ramos de actividade. No primeiro grupo, dois entrevistados podem ser considerados como tendo introduzido novas técnicas e métodos na criação leiteira e não só.²⁵

No segundo grupo, onde prevalecem os comerciantes, é de destacar a função de 10 deles (num total de 26) como empregadores. Deve-se salientar, também, que alguns deles foram pioneiros no seu ramo de negócio.²⁶

²⁵ A quinta de um deles é mesmo considerada modelo pelo Ministério da Agricultura. Quanto ao outro, os vizinhos têm tentado aplicar as técnicas de produção introduzidas por ele, inclusive o plantio da vinha em cordão.²⁵ Deve-se mencionar, também, um jovem agricultor que se iniciou na criação de ovinos e cujos vizinhos já lhe estão a seguir o exemplo em termos das técnicas inovadoras por ele adoptadas.

²⁶ As duas empresas de distribuição de aves abatidas e frutas são as únicas desse ramo com sede no município. No ramo da restauração, um emigrante retornado foi quem introduziu o "menu do dia" e foi o primeiro a abrir um

Quanto à actividade produtiva, regista-se unicamente o caso de uma empresária que investiu na indústria de confecções, tendo empregado mais de 100 trabalhadoras residentes em municípios do Vale do Lima mas que já vendeu o negócio.²⁷

Parece, também, que, em geral, os emigrantes retornados não têm nenhuma estratégia pré-definida quanto ao tipo de negócio em que poderiam investir após o retorno. Não se deve deixar de mencionar, no entanto, que alguns emigrantes pensaram em investir num ramo de negócio ligado à sua experiência laboral no estrangeiro mas não conseguiram concretizar esse objectivo devido à falta de parceiros, de orientação ou de informação. Em verdade, dentre as dificuldades encontradas quando do estabelecimento do negócio, a falta de informação sobre oportunidades alternativas ocupa lugar de destaque aliada à falta de organização e aos complicados e complexos procedimentos burocráticos. Também, vale mencionar a informação insuficiente sobre aspectos ligados à concorrência e competição no mercado.

Reflexões finais

No Alto Minho, estão a ser planeadas ou implementadas várias iniciativas ligadas ao Plano de Desenvolvimento Económico e Social, base da aplicação dos recursos provenientes do Quadro Comunitário de Apoio para o período de 2000-2006. Entre eles, destacam-se o Plano Estratégico de Desenvolvimento e o Plano Director das Zonas e Pólos Empresariais do Vale do Lima.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento tem como uma das linhas de estratégia de intervenção para o sector agro-florestal: “... apostar na preservação e recuperação da paisagem rural identificativa do Vale do Lima” (Quatenaire, 1999: 55). Essa preservação e recuperação passa, naturalmente, pela conservação das terras agrícolas que seria conseguida através da manutenção

restaurante de grandes dimensões na Vila. Uma outra entrevistada pôs em funcionamento, recentemente, o primeiro "self-service" para refeições ligeiras.

²⁷ Quando da observação participante, foi entrevistado um cidadão francês cuja filha era casada com um emigrante retornado que geriam uma micro-empresa de confecções no andar térreo de sua habitação. É sabido que há um número considerável desse tipo de estabelecimentos industriais, muitas vezes clandestinos, disseminados na área rural. Assim, torna-se muito difícil poder fazer um levantamento da importância dos emigrantes retornados nessa actividade. Apurou-se, também que um emigrante retornado (da Venezuela) construiu e é proprietário do único hotel de Ponte de Lima. Além disso, há emigrantes retornados à frente de algumas das empresas de construção civil do município.

da policultura em pequenas explorações com parcelas descontínuas ou em quintais para autoconsumo e que se traduz na paisagem típica do Alto Minho.²⁸

No entanto, no diagnóstico do sector agro-florestal do referido Plano, considera-se que a policultura e os quintais têm pouco futuro, resumindo-se esta situação da seguinte forma: *“Provavelmente, será de esperar mais abandono da agricultura e uma reestruturação da actividade. Os concelhos poderão contar com menos agricultores, mas possivelmente também com melhores e maiores explorações”* (Quatenaire, 1999:47).

Todavia, com o abandono dos campos está ameaçada de desaparecer a paisagem rural tradicional o que pode afectar, em particular, o desenvolvimento do Turismo em Espaço Rural que tem, para além do património edificado, esta paisagem única como uma das suas principais vantagens competitivas.

Royal (1993:195-201 in Cavaco, 1994:172-175) menciona, entre outras, a seguinte proposta de acção para combater o despovoamento e preservar a paisagem agrícola: *“permitir aos reformados e pré-reformados agrícolas a acumulação da sua reforma com tarefas de conservação de terras agrícolas – continuando a viver na sede da sua anterior exploração e evitando o risco de desertificação inerente àquelas.”*

Todas estas observações, em conjunto, induzem a crer que o retorno dos emigrantes reformados ou pré-reformados contribuiria de modo considerável para a preservação da paisagem rural do Vale do Lima uma vez que, segundo os resultados do inquérito aos presidentes de Juntas de Freguesia, a grande maioria dos emigrantes retornados dedicava-se à agricultura antes da emigração sendo que, em sua maior parte, regressaram a essa actividade.

O Plano Director de Zonas e Pólos Empresariais do Vale do Lima foi elaborado para tentar colmatar as graves carências em estruturas produtivas e de serviços modernos capazes de atrair investimentos e/ou criar emprego. No Plano, quando da avaliação dos factores necessários para o desenvolvimento de *clusters* industriais, os recursos humanos existentes são considerados “fracos” e o recursos de capital entre “médio e fraco” (EURISKO, 1998). Acredita-se que o retorno dos emigrantes constituiria uma fonte complementar importante de ambos os recursos

²⁸ Pode ser assim descrita: diferentes matizes de verde compostos pelas manchas de florestas de pinheiro bravo e carvalho roble, pelos campos-prados e lavouras em socalcos nas áreas serranas; parreiras e vides de enforcado que orlam os campos de milho, batatas e linho na área ribeirinha e, por toda a parte, o granito das igrejas, solares, casas rústicas, azenhas e muros.

pelas seguintes razões: por um lado, uma boa parte dos emigrantes tem experiência de trabalho industrial; a segunda geração de emigrantes apresenta um nível relativamente elevado de formação profissional; há emigrantes que se tornaram empresários de sucesso nos países de imigração, nomeadamente na América do Norte e do Sul; há já exemplos recentes de emigrantes que decidiram investir nos concelhos de origem e se investiram pouco em actividades produtivas é porque não havia ainda planos directores como este; por outro lado, as estimativas sobre o crescimento demográfico são bastante negativas e o nível de instrução da população residente continua a ser baixo.²⁹

Assim, com o intuito de melhor explorar os recursos humanos e de capital descritos acima, seria útil a abertura de gabinetes de apoio aos emigrantes que desejam regressar assim como aos que já retornaram a fim de prestar-lhes esclarecimentos e orientá-los emigrantes quanto aos aspectos acima apontados.³⁰

Antes de tudo, porém, é necessário proporcionar aos emigrantes retornados condições e qualidade de vida condizentes com a sua experiência de vivência urbana, nomeadamente quanto aos equipamentos de saúde, educação e lazer. No entanto, na maioria das freguesias da sub-região, essas condições ainda não foram asseguradas. Corre-se, assim, o risco dos emigrantes retornados optarem por residir em Viana do Castelo ou nas sedes do concelho. Portanto, perde-se, por um lado, a oportunidade dos emigrantes retornados desempenharem o papel tão necessário de “jardineiros da natureza” e, por outro lado, aumenta a pressão habitacional sobre as áreas urbanas o que pode aumentar os riscos ambientais já existentes e afectar negativamente a paisagem cultural que representa, hoje, uma mais valia do Alto Minho.

Referências bibliográficas

EURISKO (1998): *Plano Director de Zonas e Pólos Empresariais do Vale do Lima*, Agosto 1998.

²⁹ Tanto os empresários retornados como os em potencial têm hoje uma maior apetência por investimentos que englobam um certo risco do que há uma década atrás. Segundo informação, recolhida junto a gerentes de agências bancárias em Ponte de Lima, os novos produtos bancários de investimentos de médio e alto risco têm bastante sucesso junto aos emigrantes retornados mais jovens.

³⁰ Poderia ser seguido o exemplo da Comunidade Autónoma da Andaluzia que, através do Conselho Regional, presta apoio a emigrantes e emigrantes retornados e tenta evitar a emigração de andaluzos, auxiliando na elaboração de estratégias de criação de emprego e de cooperativas. (Ardittis, 1995:1050).

- ALVES, T. (1994) “Sistemas agrários em Portugal Continental, Segundo os Recenseamentos da Agricultura de 1979 e 1989”, *Finisterra*, XXIX, 58, pp. 313-333.
- AMARO, R. (1984) “Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional”, in SILVA, M. et al *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, pp. 165-234.
- ARDITTIS, S. (1995), “Exchange of Experience between the Russian Federation and Southern European Regions in the Field of Migrant Reintegration Policies”, *International Migration Review*, Vol. XXIX, no. 4, 10491056.
- BANDEIRA, M.L. (1996): *Demografia e Modernidade: Família e Transição demográfica em Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- CAVACO, C; et al. (1994) *Do despovoamento rural ao desenvolvimento local*. Lisboa: Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, 259 pp.
- CCRN (1998): *Estatísticas sobre a Região Norte*, WWW homepage:CCRN.
- CONIM, C. (1984): “Previsão do Retorno na Década de Oitenta”, in: SILVA, M. ET AL (1984): *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 287 pp.
- COVAS, A. (1997) *Ajustamento, Diversificação e Desenvolvimento Rural*. Lisboa: Direcção Geral do Desenvolvimento Rural, pp. 36 pp. (Série Estudos e Análises)
- FERRÃO, J. (1996) *A Demografia Portuguesa*. Lisboa: Público, 63 pp.
- FONSECA, L. (1990): “População e Território. Do País à Área Metropolitana”, in *Memórias do Centro de Estudos Geográficos*, nº 14, Lisboa.
- ILBERY, B.; BOWLER, I. (1998) “From agricultural productivism to post-productivism”, in Ilbery, B. (ed.): *The geography of rural change*, Harlow: Longman, pp. 57-84.
- LOVERING, J. (1989) “The restructuring debate”, in PEET, R.; THRIFT, N. (eds.) *New models in geography: the political economy perspective*, vol. 1. London: Unwin Hyman, pp. 198-223.
- MARSDEN, T. (1996) “Rural geography trend report: the social and political bases of rural restructuring”, *Progress in Human Geography*, vol. 20, no. 2, pp. 246-258.

PIMENTEL, D. (1991) *As migrações portuguesas no quadro das migrações internacionais 1950-1999*. Lisboa, 150 pp.

PINA, M. H. M. (1990): “O Espaço Agrário de Ponte de Lima”, *Revista da Faculdade de Letras do Porto — Geografia*, vol VI, pp. 65-148.

QUATERNAIRE (1999) *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Lima*), pp. 198.

SILVA, M. ET AL (1984): *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 287 pp.